

FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS/AM

Edital 11/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
11/2026	154039-FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS/AM	RODRIGO OLIVEIRA DA SILVA	24/06/2026 12:12 (v 0.11)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		23105.009376/2026-54

1. DO OBJETO

[PREGÃO ELETRÔNICO]

90008/2026

CONTRATANTE

154039

OBJETO

Contratação de empresa especializada em serviços de gerenciamento, produção e operacionalização de eventos com aproximadamente 4.300 atletas inscritos e público de 10.000 pessoas da capital e interior, incluindo serviços eletrônicos de multimídias, serviços de confecções especializadas, serviços gráficos, serviços de alimentação, serviços de locação de equipamentos, serviços de recursos humanos e serviços de assistência médica com ambulância, tipo UTI móvel, para atender as necessidades de realização dos Jogos Universitários da Universidade Federal do Amazonas - JUUFAM, a ser sediado na Universidade Federal do Amazonas no ano de 2026.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 506.558,00 (Quinhentos e seis mil, quinhentos e cinquenta e oito reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 09/07/2026 às 10h (horário de Brasília)

AGENTE DE CONTRATAÇÃO:

Rosianny Nascimento dos Santos

Critério de Julgamento:

Menor preço global

Modo de disputa:

Aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026

(Processo Administrativo nº 23105.009376/2026-54)

Torna-se público que o(a) **Fundação Universidade do Amazonas**, por meio da **Coordenação Geral de Licitação**, sediada na **Av. Rodrigo Otávio, nº 6.200, Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho - Bairro: Coroado, Manaus/AM**, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **contratação de empresa especializada em serviços de gerenciamento, produção e operacionalização de eventos com aproximadamente 4.300 atletas inscritos e público de 10.000 pessoas da capital e interior, incluindo serviços eletrônicos de multimídias, serviços de confecções especializadas, serviços gráficos, serviços de alimentação, serviços de locação de equipamentos, serviços de recursos humanos e serviços de transportes para atender as necessidades de realização dos Jogos Universitários da Universidade Federal do Amazonas - JUUFAM, a ser sediado na Universidade Federal do Amazonas no ano de 2026**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.3. A licitação será realizada em lote único.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Não se aplica a esta contratação.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. No item único não será concedido nesta Licitação tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

- 3.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 3.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.7.5. . empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.7.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.7.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.7.11. sociedades cooperativas;
- 3.7.12. pessoas jurídicas reunidas em consórcio, uma vez que a contratação não se configura de alta complexidade técnica;
- 3.7.13. pessoas físicas.

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.4 e 3.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.7.4 e 3.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.5.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6.1. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.7.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3, 5.4 ou 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.13.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total do item;

6.1.2. marca;

6.1.3. fabricante;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS /PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01% (um centésimo por cento).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação; ~~sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.~~

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham

celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.20.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.21.2. empresas brasileiras;

7.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.22.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de mínimo de 2 (duas) horas e máximo de 24 (vinte e quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.22.5. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11.1. Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.11.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

8.11.3. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.11.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.11.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.15. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra[A5] , o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.20. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.

8.21. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.22. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.23. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

8.24. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. . A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou preferencialmente, pelo Sistema Compras. Na indisponibilidade do Sistema, o Pregoeiro poderá autorizar o envio de documentação pelo e-mail cpl@ufam.edu.br.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo 2h (duas horas) e no máximo de 24h (vinte e quatro horas), prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

- 9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, no prazo mínimo de 2h (duas horas) e máximo de 24h (vinte e quatro horas), para:
- 9.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- 9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 9.14.3. suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 9.14.4. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
- 9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
- 9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.
- 9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.
- 9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

- 10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.
- 10.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **05** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **05** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **05** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. . A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Não se aplica a esta contratação.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Não se aplica a esta contratação.

13. DOS RECURSOS

13.1. interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a

autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://proadm.ufam.edu.br/licitacoes-2.html?id=95>.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. , salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e

intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: cpl@ufam.edu.br.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://proadm.ufam.edu.br/licitacoes-2.html?id=95>.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I - Instrumento de Medição de Resultado - IMR;

16.11.1.2. Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2. Minuta de Contrato.

Manaus, 24 de junho de 2026.

TANARA LAUSCHNER

Presidente do Conselho Diretor da Fundação Universidade do Amazonas e

Reitora da Universidade Federal do Amazonas

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NYCOLLE OLIVEIRA SOUZA SANTOS

Equipe de apoio

ELSON LOPES DE LIMA

Equipe de apoio

RODRIGO OLIVEIRA DA SILVA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 24/06/2026 às 12:12:38.

PAULO CESAR NUNES DE SOUZA E MELLO

Equipe de apoio

FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS/AM

Termo de Referência 22/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
22/2026	154039-FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS/AM	ARLENA CUNHA DE ALMEIDA	22/06/2026 15:23 (v 0.11)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		23105.009376/2026-54

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada em serviços de gerenciamento, produção e operacionalização de eventos com aproximadamente 4.300 atletas inscritos e público de 10.000 pessoas da capital e interior, incluindo serviços eletrônicos de multimídias, serviços de confecções especializadas, serviços gráficos, serviços de alimentação, serviços de locação de equipamentos, serviços de recursos humanos e serviços de assistência médica com ambulância, tipo UTI móvel, para atender as necessidades de realização dos Jogos Universitários da Universidade Federal do Amazonas - JUUFAM, a ser sediado na Universidade Federal do Amazonas no ano de 2026, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE ÚNICO					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
1	Serviços de gerenciamento, produção e operacionalização de eventos com aproximadamente 4.300 atletas inscritos e público de 10.000 pessoas da capital e interior, incluindo serviços eletrônicos de multimídias, serviços de confecções especializadas, serviços gráficos, serviços de alimentação, serviços de locação de equipamentos, serviços de recursos humanos e serviços de assistência médica com ambulância, tipo UTI	14591	Unidade	1	R\$ 506.558,00

móvel, para atender as necessidades de realização dos Jogos Universitários da Universidade Federal do Amazonas - JUUFAM.				
--	--	--	--	--

1.1.1. Detalhamento Específico do Objeto:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	QUANT.	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Confecção e fornecimento de Bandeiras Oficiais de cetim, do Brasil, do Amazonas, com a logo oficial UFAM, com a logo oficial do JUUFAM, com 1,80m X 1,00m, dupla face.	Unidade	5	R\$ 446,67	R\$ 2.233,35
2	Serviço de Decoração esportiva em ambiente da quadra 2 da FEFF com backdrop, 3 ambientes instagramáveis, área de descanso com almofadas tipo “puff”, espreguiçadeiras ou outros e na estrada da entrada do Campus Universitário até a FEFF com bandeiras e banners, pelo período de 9 dias.	Unidade	1	R\$ 27.333,33	R\$ 27.333,33
3	Disponibilização de 07 Coordenadores técnicos esportivos, para as modalidades da competição, pelo período de 9 dias e 1 dia para o relatório, totalizando 10 dias.	Unidade	7	R\$ 3.238,09571	R\$ 22.666,67
4	Disponibilização de 1 coordenador técnico, que deve ser profissional formado em Educação Física indicado pela contratante, pelo período de 30 dias.	Unidade	1	R\$ 9.666,67	R\$ 9.666,67
5	Serviço de uma comissão disciplinar do evento, composta por 2 Profissionais de Educação Física e 1 Advogado especialista em direito esportivo, durante todo o período dos jogos.	Unidade	1	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
6	Disponibilização de serviço de arbitragem para 6 modalidades coletivas: queimada, basquete, futebol society, futsal, handebol e voleibol de quadra, durante todo o evento. Profissional aprovado pela Coordenação de Esporte, Lazer e Cultura - CELC	Jogos	342	R\$ 415,4289	R\$ 142.076,67
	Disponibilização de serviço de arbitragem para 7 modalidades individuais: atletismo, dominó,				

7	judô, natação, tênis de mesa, vôlei de praia, xadrez, durante todo o evento. Profissional aprovado pela Coordenação de Esporte, Lazer e Cultura - CELC	Diárias /Etapas	14	R\$ 5.553,334	R\$ 77.746,68
8	Serviço de locação, montagem e operação de som, com sistema de áudio com DJ, 4 colunas de som, 1 sub,3 microfones sem fio, mesa para a abertura e encerramento do evento	Diária	2	R\$ 3.300,00	R\$ 6.600,00
9	Disponibilização e locação de serviços de montagem e operação de equipamentos de infraestrutura para o evento, locação de 50 metros de arquibancadas, com 4 degraus e 100 metros grades, disponível pelo período de 10 dias.	Unidade	1	R\$ 19.333,33	R\$ 19.333,33
10	Serviço de assistência médica com ambulância tipo UTI móvel, composta por 01 (um) motorista, 01 (um) enfermeiro e 01 (um) médico com fornecimento de materiais e equipamentos para o evento, disponível pelo período de 13 horas por 9 dias.	Dias	9	R\$ 12.000,00	R\$ 108.000,00
11	Confecção e disponibilização de serviço gráfico: faixa em lona vinílica, impressão digital em policromia, acabamento com bastão em madeira e ponteiros em borracha medindo (0,80m x 3,00m) conforme arte atualizada na ocasião da licitação	Unidade	5	R\$ 253,33	R\$ 1.266,67
12	Confecção e disponibilização de serviço gráfico: banner em lona vinílica, impressão digital em policromia, acabamento com bastão em madeira e ponteiros em borracha e cordão para pendurar medindo (0,60m x 1,00m) conforme arte atualizada na ocasião da licitação	Unidade	30	R\$ 136,67	R\$ 4.100,00
13	Confecção e disponibilização de serviço gráfico: camisa tecido em algodão, estampa em silkscreen na frente e atrás tamanho P, M, G, GG e XG conforme arte atualizada na ocasião da licitação.	Unidade	80	R\$ 67,33	R\$ 5.386,67
14	Locação de 10 jogos de mesa de plástico branca pelo período de 10 dias	Unidade	10	R\$ 406,67	R\$ 4.066,67
	Confecção de troféu grande para 1º Lugar, em metal de 2mm,				

15	80x40cm, com base de mdf e acabamento em acrílico e adesivo digital, conforme arte aprovada pela contratante.	Unidade	1	R\$ 633,33	R\$ 633,33
16	Confeção de troféu médio para 2º Lugar, em metal de 2mm 60x40cm, com base de mdf e acabamento em acrílico e adesivo digital, conforme arte aprovada pela contratante.	Unidade	1	R\$ 560,00	R\$ 560,00
17	Confeção de troféu pequeno para 3º Lugar, em metal de 2mm 40x40cm, com base de mdf e acabamento em acrílico e adesivo digital, conforme arte aprovada pela contratante.	Unidade	1	R\$ 466,67	R\$ 466,67
18	Confeção de troféu, em metal de 2mm 30x30cm, com base de mdf e acabamento em acrílico e adesivo digital, conforme arte aprovada pela contratante.	Unidade	3	R\$ 306,67	R\$ 920,00
19	Confeção de troféu, em metal de 2mm 20x30cm, com base de mdf e acabamento em acrílico e adesivo digital, conforme arte aprovada pela contratante.	Unidade	2	R\$ 283,33	R\$ 566,67
20	Confeção de troféu para ATLETA REVELAÇÃO, em metal de 2mm 20x30cm, com base de mdf e acabamento em acrílico e adesivo digital, Masculino e Feminino, conforme arte aprovada pela contratante.	Unidade	2	R\$ 326,67	R\$ 653,33
21	Confeção de troféu para ATLETA DESTAQUE, em metal de 2mm 20x30cm, com base de mdf e acabamento em acrílico e adesivo digital, Masculino e Feminino, conforme arte aprovada pela contratante.	Unidade	2	R\$ 330,67	R\$ 661,33
22	Confeção de troféu para TORCIDA, em metal de 2mm 30x30cm, com base de mdf e acabamento em acrílico e adesivo digital, conforme arte aprovada pela contratante.	Unidade	1	R\$ 331,67	R\$ 331,67
23	Confeção de MEDALHAS MODELO OURO, 7x5cm de metal personalizadas, arte aprovada pela contratante, com cordão de cetim.	Unidade	250	R\$ 29,00	R\$ 7.250,00
24	Confeção de MEDALHAS MODELO PRATA, 7x5cm de metal personalizadas, arte aprovada	Unidade	250	R\$ 29,00	R\$ 7.250,00

	pela contratante, com cordão de cetim.				
25	Confecção de MEDALHAS MODELO BRONZE, 7x5cm de metal personalizadas, arte aprovada pela contratante, com cordão de cetim.	Unidade	250	R\$ 29,00	R\$ 7.250,00
26	Disponibilização de 4 Banheiros Químicos pelo período de 9 dias, sendo 2 masculino e 2 feminino.	Unidade	4	R\$ 1.125,00	R\$ 4.500,00
27	Serviço pirotécnico, fornecido para abertura do evento e o material deverá ser montado na quadra 2 da FEFF em horário estabelecido pela organização.	Unidade	1	R\$ 1.600,00	R\$ 1.600,00
28	Disponibilização de 2 climatizadores pedestal grandes, com reservatório de 100 litros, pelo período de 9 dias, instalados na quadra 2 da FEFF.	Unidade	2	R\$ 5.880,00	R\$ 11.700,00
29	Disponibilização de bola de QUEIMADA para a realização dos jogos	Unidade	4	R\$ 83,33	R\$ 333,33
30	Disponibilização de bola de FUTSAL para a realização dos jogos	Unidade	4	R\$ 230,00	R\$ 920,00
31	Disponibilização de bola de BASQUETE para a realização dos jogos	Unidade	4	R\$ 93,33	R\$ 373,33
32	Disponibilização de rede de BASQUETE para a realização dos jogos	Unidade	2	R\$ 81,67	R\$ 163,33
33	Disponibilização de bola de VÔLEI DE AREIA para a realização dos jogos	Unidade	4	R\$ 140,00	R\$ 560,00
34	Disponibilização de rede VÔLEI DE AREIA para a realização dos jogos	Unidade	3	R\$ 106,67	R\$ 320,00
35	Disponibilização de bola de VÔLEI DE QUADRA para a realização dos jogos	Unidade	4	R\$ 163,33	R\$ 653,33
36	Disponibilização de bola de HANDEBOL para a realização dos jogos	Unidade	4	R\$ 130,00	R\$ 520,00
37	Disponibilização de rede de HANDEBOL para a realização dos jogos	Unidade	2	R\$ 133,33	R\$ 266,67
38	Disponibilização de 20 bolas de TÊNIS DE MESA para a realização dos jogos	Unidade	20	R\$ 93,33	R\$ 1.866,67
39	Disponibilização de 20 jogos de DOMINÓ para a realização dos	Unidade	20	R\$ 116,67	R\$ 2.333,33

	jogos				
40	Disponibilização de 20 JOGOS DE PEÇAS de XADREZ profissional para a realização dos jogos	Unidade	20	R\$ 140,00	R\$ 2.800,00
41	Disponibilização de 20 RELÓGIOS de XADREZ profissional para a realização dos jogos	Unidade	20	R\$ 160,00	R\$ 3.200,00
42	Disponibilização de 20 TABULEIROS EM NAPA de XADREZ profissional para a realização dos jogos	Unidade	20	R\$ 100,00	R\$ 2.000,00
43	Disponibilização rede de FUTSAL para a realização dos jogos	Unidade	3	R\$ 153,33	R\$ 460,00
44	Disponibilização rede FUTEBOL DE CAMPO SOCIETY para a realização dos jogos	Unidade	2	R\$ 193,33	R\$ 386,67
45	Concessão de 30 unidades de cal de 5kg, cada unidades para a demarcação do campo	Unidade	30	R\$ 36,00	R\$ 1.080,00
46	Fornecimento de 40 pães de forma pela empresa contratada, para montagem pela Coordenação do Juufam de lanches dos monitores voluntários no período do evento.	Unidade	40	R\$ 15,00	R\$ 600,00
47	Fornecimento de 10 kg queijo mussarela fatiado, pela empresa contratada, para montagem pela Coordenação do Juufam de lanches dos monitores voluntários no período do evento.	Unidade	10	R\$ 113,33	R\$ 1.133,33
48	Fornecimento de 5 kg presunto fatiado, pela empresa contratada, para montagem pela Coordenação do Juufam de lanches dos monitores voluntários no período do evento.	Unidade	5	R\$ 80,00	R\$ 400,00
49	Fornecimento de 5 kg mortadela fatiada, pela empresa contratada, para montagem pela Coordenação do Juufam de lanches dos monitores voluntários no período do evento.	Unidade	5	R\$ 76,67	R\$ 383,33
50	Fornecimento de 5 potes de manteiga de 500 gramas, pela empresa contratada, para montagem pela Coordenação do Juufam de lanches dos monitores voluntários no período do evento.	Unidade	5	R\$ 71,67	R\$ 358,33
51	Fornecimento de 40 unidades de refrigerantes de 2 litros (20 cocas zero, 10 coca cola e 10 fanta laranja) pela empresa contratada, para montagem pela Coordenação do Juufam de lanches dos	Unidade	40	R\$ 15,67	R\$ 626,67

monitores voluntários no período do evento.				
TOTAL				R\$ 506.558,00

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como não contínuo ou contratados por escopo.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **60 (sessenta) dias** contados do(a) **assinatura do contrato**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. O objeto do serviço de realização de eventos não será parcelado (licitação em **Lote Único**), pois seria tecnicamente e economicamente inviável e provocaria a perda de economia de escala, conforme justificativas:

- 1.6.1. Técnica: o parcelamento implicaria em perda de eficiência, haja vista a descentralização de responsabilidades, ocasionando maiores gastos com despesas administrativas e operacionais.
- 1.6.2. Econômico: a contratação de várias empresas causaria a perda de economia de escala, quando objetivo seria a redução das despesas (minimizar os custos) e obter maiores resultados, além do aumento de custos pela necessidade de gerenciar vários contratos. Some-se a isso a possibilidade de estabelecimento de um padrão de qualidade e eficiência que pode ser acompanhado ao longo dos serviços, o que fica sobremaneira dificultado quando se trata de diversos prestadores de serviços.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026**, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A CONTRATADA deverá cumprir, no que couber, as exigências do Art. 6º da Instrução Normativa MPOG No. 01, de 19 de janeiro de 2010;

4.1.2. A CONTRATADA deverá respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos, treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição; e

4.1.3. A CONTRATADA deverá racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada.

Subcontratação

4.2. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de **80% (oitenta por cento)** do valor total do contrato:

4.3. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

Item 1: Confecção e fornecimento de Bandeiras Oficiais de cetim, do Brasil, do Amazonas, com a logo oficial UFAM, com a logo oficial do JUUFAM, com 1,80m X 1,00m, dupla face.

Item 11: Confecção e disponibilização de serviço gráfico: faixa em lona vinílica, impressão digital em policromia, acabamento com bastão em madeira e ponteiros em borracha medindo (0,80m x 3,00m) conforme arte atualizada na ocasião da licitação.

Item 12: Confecção e disponibilização de serviço gráfico: banner em lona vinílica, impressão digital em policromia, acabamento com bastão em madeira e ponteiros em borracha e cordão para pendurar medindo (0,60m x 1,00m) conforme arte atualizada na ocasião da licitação.

Item 13: Confecção e disponibilização de serviço gráfico: camisa tecido em algodão, estampa em silkscreen na frente e atrás tamanho P, M, G, GG e XG conforme arte atualizada na ocasião da licitação.

Item 15: Confecção de troféu grande para 1º Lugar, em metal de 2mm, 80x40cm, com base de mdf e acabamento em acrílico e adesivo digital, conforme arte aprovada pela contratante.

Item 16: Confecção de troféu médio para 2º Lugar, em metal de 2mm 60x40cm, com base de mdf e acabamento em acrílico e adesivo digital, conforme arte aprovada pela contratante.

Item 17: Confecção de troféu pequeno para 3º Lugar, em metal de 2mm 40x40cm, com base de mdf e acabamento em acrílico e adesivo digital, conforme arte aprovada pela contratante.

Item 18: Confecção de troféu, em metal de 2mm 30x30cm, com base de mdf e acabamento em acrílico e adesivo digital, conforme arte aprovada pela contratante.

Item 19: Confecção de troféu, em metal de 2mm 20x30cm, com base de mdf e acabamento em acrílico e adesivo digital, conforme arte aprovada pela contratante.

Item 20: Confecção de troféu para ATLETA REVELAÇÃO, em metal de 2mm 20x30cm, com base de mdf e acabamento em acrílico e adesivo digital, Masculino e Feminino, conforme arte aprovada pela contratante.

Item 21: Confecção de troféu para ATLETA DESTAQUE, em metal de 2mm 20x30cm, com base de mdf e acabamento em acrílico e adesivo digital, Masculino e Feminino, conforme arte aprovada pela contratante.

Item 22: Confecção de troféu para TORCIDA, em metal de 2mm 30x30cm, com base de mdf e acabamento em acrílico e adesivo digital, conforme arte aprovada pela contratante.

Item 23: Confecção de MEDALHAS MODELO OURO, 7x5cm de metal personalizadas, arte aprovada pela contratante, com cordão de cetim.

Item 24: Confecção de MEDALHAS MODELO PRATA, 7x5cm de metal personalizadas, arte aprovada pela contratante, com cordão de cetim.

Item 25: Confecção de MEDALHAS MODELO BRONZE, 7x5cm de metal personalizadas, arte aprovada pela contratante, com cordão de cetim.

Item 27: Serviço pirotécnico, fornecido para abertura do evento e o material deverá ser montado na quadra 2 da FEFF em horário estabelecido pela organização.

Item 29: Disponibilização de bola de QUEIMADA para a realização dos jogos.

Item 30: Disponibilização de bola de FUTSAL para a realização dos jogos.

Item 31: Disponibilização de bola de BASQUETE para a realização dos jogos.

Item 32: Disponibilização de rede de BASQUETE para a realização dos jogos.

Item 33: Disponibilização de bola de VÔLEI DE AREIA para a realização dos jogos.

Item 34: Disponibilização de rede VÔLEI DE AREIA para a realização dos jogos.

Item 35: Disponibilização de bola de VÔLEI DE QUADRA para a realização dos jogos.

Item 36: Disponibilização de bola de HANDEBOL para a realização dos jogos.

Item 37: Disponibilização de rede de HANDEBOL para a realização dos jogos.

Item 38: Disponibilização de 20 bolas de TÊNIS DE MESA para a realização dos jogos.

Item 39: Disponibilização de 20 jogos de DOMINÓ para a realização dos jogos.

Item 40: Disponibilização de 20 JOGOS DE PEÇAS de XADREZ profissional para a realização dos jogos.

Item 41: Disponibilização de 20 RELÓGIOS de XADREZ profissional para a realização dos jogos.

Item 42: Disponibilização de 20 TABULEIROS EM NAPA de XADREZ profissional para a realização dos jogos.

Item 43: Disponibilização rede de FUTSAL para a realização dos jogos.

Item 44: Disponibilização rede FUTEBOL DE CAMPO SOCIETY para a realização dos jogos.

Item 45: Concessão de 30 unidades de cal de 5kg, cada unidades para a demarcação do campo.

Item 46: Fornecimento de 40 pães de forma pela empresa contratada, para montagem pela Coordenação do Juufam de lanches dos monitores voluntários no período do evento.

Item 47: Fornecimento de 10 kg queijo mussarela fatiado, pela empresa contratada, para montagem pela Coordenação do Juufam de lanches dos monitores voluntários no período do evento.

Item 48: Fornecimento de 5 kg presunto fatiado, pela empresa contratada, para montagem pela Coordenação do Juufam de lanches dos monitores voluntários no período do evento.

Item 49: Fornecimento de 5 kg mortadela fatiada, pela empresa contratada, para montagem pela Coordenação do Juufam de lanches dos monitores voluntários no período do evento.

Item 50: Fornecimento de 5 potes de manteiga de 500 gramas, pela empresa contratada, para montagem pela Coordenação do Juufam de lanches dos monitores voluntários no período do evento.

Item 51: Fornecimento de 40 unidades de refrigerantes de 2 litros (20 cocas zero, 10 coca cola e 10 fanta laranja) pela empresa contratada, para montagem pela Coordenação do Juufam de lanches dos monitores voluntários no período do evento.

4.4. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto, destacadas da Tabela 1.1.1:

Item 2: Serviço de decoração esportiva em ambiente da quadra 2 da FEFF com backdrop, 3 ambientes instagramáveis, área de descanso com almofadas tipo “puff”, espreguiçadeiras ou outros e na estrada da entrada do Campus Universitário até a Faculdade de Educação Física com bandeiras e banners nos postes, aprovados pela coordenação do JUUFAM;

Item 3: 7 Coordenadores técnicos esportivos, para modalidades da competição e indicados pela coordenação do JUUFAM;

Item 4: 1 Coordenador técnico, que deve ser profissional formado em Educação Física, indicado pela coordenação do JUUFAM;

Item 5: Serviço de comissão disciplinar do evento;

Itens 6 e 7: Serviço de Arbitragem para as modalidades coletivas e individuais durante todo o evento. Profissionais aprovados pela Coordenação de Esporte, Lazer e Cultura - CELC;

Item 8: Serviço de locação, montagem e operação de som, com sistema de áudio com DJ, 4 colunas de som, 1 sub, 3 microfones sem fio mesa para a abertura e encerramento do evento;

Item 9: Serviço de locação, montagem e operação de equipamentos de infraestrutura para o evento, locação de 50mt de arquibancadas 4 degraus e 100mt grades;

Item 10: Serviço de assistência médica com ambulância tipo UTI móvel, composta por 01 (um) motorista, 01 (um) enfermeiro e 01 (um) médico com fornecimento de materiais e equipamentos para o evento;

Item 14: Locação de 10 jogos de mesa de plástico branca pelo período de 10 dias;

Item 26: Disponibilização de 4 Banheiros Químicos pelo período de 9 dias, sendo 2 masculinos e 2 femininos;

Item 28: Disponibilização de 2 climatizadores, pedestal, grandes, com reservatório de 100 litros, pelo período de 9 dias, instalados na quadra 2 da FEFF.

4.5. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.6. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.7. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.8. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Garantia da contratação

4.9. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.10. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado pela Coordenação de Esportes, Lazer e Cultura - CELC/PROAE para esse fim, de **segunda à sexta-feira, das 08 horas às 11 horas**, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo e-mail: **celc@ufam.edu.br** ou pelo telefone **(92) 98219-0461**.

4.11. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.12. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.12.1. Por ocasião da vistoria, ao licitante ou ao seu representante legal, poderá ser entregue material contendo as informações ao objeto de licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta;

4.13. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.14. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: Após o recebimento, pela Contratada, da Ordem de Serviço expedido pela fiscalização da Contratante;

5.1.1.1. Considerando as peculiaridades do objeto, a Contratada terá o período de **02 (dois) dias, antecedente à expedição da ordem de serviço**, para verificação de pendências, liberação de áreas ou adoção de outras providências cabíveis para à regularidade do início de sua execução.

5.1.2. Os serviços serão executados perante demanda estabelecida pela Contratada, sempre em contatos diários para acompanhar o andamento do serviço;

5.1.3. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.3.1. Os materiais referentes aos **itens 1, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25 da Tabela do subitem 1.1.1.** deverão ser confeccionados e entregues previamente pelo menos 7 (sete) dias antes do início do evento, sendo necessária a entrega de um exemplar dos produtos antes da realização da produção para aprovação. A produção será demandada pela Coordenação de Esporte, Lazer e Cultura - CELC. A arte será disponibilizada pela Contratante;

5.1.3.2. Para o **item 2 da Tabela do subitem 1.1.1.** deverão ser mantido durante toda a realização do evento, juntamente com a disponibilização dos materiais a serem utilizados, conforme a programação a ser disponibilizada após assinatura do contrato.

5.1.3.2.1. A programação está sujeita a alterações.

--	--

<p>Item 2</p> <p>Serviço de Decoração Esportiva</p>	<p>Realizar a ornamentação da quadra da FEFF com backdrop, ambiente instagramável, área de descanso com pufes, espreguiçadeiras, 02 (dois) arranjos e itens esportivos atuais de decoração e realizar a ornamentação do palco de abertura utilizando arranjos, temática esportiva, a decoração de toda a quadra com tecidos, banners e devem ser em Helanca, lycra, cetim, oxford e bandeirolas ou proposta de decoração esportiva aprovada pela coordenação do JUUFAM.</p> <p>Na estada do campus até a FEFF devera decorar com bandeirolas, flamula e devem ser em Helanca, lycra, cetim, oxford ou voal, formato retangular, cores diversas (aprovada pela coordenação),bandeirolas fixada em ripa de madeira com uma das extremidades pontiaguda, devendo ser fixadas ao solo, no Campus Setor Sul e flamulas ou tecido nos postes da entrada do campus ate a FEFF. Assim como fixar banners.</p>
--	---

5.1.3.3. Para os **itens 3, 4, 5, 6 e 7**, que são referentes a recursos humanos especializados na área esportiva, os serviços deverão ser prestados durante toda a realização do evento até a entrega do relatório final do evento, conforme a programação, a ser disponibilizada após assinatura do contrato.

5.1.3.3.1. A programação está sujeita a alterações.

5.1.3.3.2. Todos os profissionais da tabela abaixo deverão prestar serviços durante as atividades desenvolvidas no **Campus da UFAM – Manaus e Vila Olímpica**. Sendo:

<p>Item 3</p> <p>Coordenadores Técnicos Esportivos</p>	<p>Ser Graduando em Educação Física ou Fisioterapia ou Ter Diploma de Graduação em Educação Física ou Fisioterapia.</p> <p>Descrição das atividades: Saber trabalhar em equipe e conhecer as regras dos esportes que farão parte da competição. Profissional aprovado pela Coordenação de Esporte, Lazer e Cultura - CELC.</p>
<p>Item 4</p> <p>Coordenador Técnico</p>	<p>Ter Diploma de Graduação em Educação Física.</p> <p>Descrição das atividades: Conhecer os trâmites de realização do JUUFAM, as regras de cada modalidade disputada; possuir habilidade de comunicação e negociação; gerenciamento de crise; visão holística; capacidade de manter a equipe entrosada; coordenação de tarefas operacionais. A contratada deverá deixar à disposição, 30 (trinta) dias antes e durante a realização dos Jogos, um (01) coordenador, profissional de Educação Física, com experiência comprovada, apresentando responsabilidade e autonomia para tomar decisões imediatas. Esse profissional deverá, também, realizar a construção do regulamento e sistema de inscrição, participar das reuniões com os Centros Acadêmicos (agendadas pela coordenação da UFAM) auxiliar na divulgação do evento, realizar inscrição, congresso técnico, súmulas, relatórios (parciais e final), boletins diários,</p>

	<p>chaveamento, tabelas, seleção e treinamento de coordenador de modalidade e monitores. Realizará, por fim, atividades inerentes à organização do JUUFAM, solicitadas pela UFAM, supervisionando os árbitros, a fim de evitar atrasos e má conduta da arbitragem. Profissional indicado pela Coordenação de Esporte, Lazer e Cultura - CELC</p>
<p>Item 5</p> <p>Comissão Disciplinar, composta por 2 Profissionais de Educação Física e 1 Advogado especialista em direito esportivo</p>	<p>Ter Diploma de Graduação em Direito com experiência em direito esportivo e Educação Física.</p> <p>Descrição das atividades: Conhecer as regras dos esportes, Regulamento do XV JUUFAM (Geral e Específico), Conhecer formalidades do rito de análise de recursos e denúncias esportivas.</p> <p>A comissão disciplinar, deverá ser composta por três (03) profissionais, 2 (dois) profissionais graduado em Educação Física e outro em Direito, devendo apresentar experiência comprovada pela Comissão Central Organizadora. Esses profissionais serão responsáveis pelo julgamento de recursos impetrados pelas equipes participantes no decorrer dos nove (09) dias de efetiva competição do JUUFAM. Deverá receber os recursos, avaliar, dar resultado, publicar, fazer relatório (diário e final), reunir diariamente das 18h até uma hora após o termino da última partida do dia ou quando solicitada pela coordenação</p>
<p>Itens de 6 e 7</p> <p>Arbitragem para o evento</p>	<p>Realizar o serviço de arbitragem para as modalidades basquete, dominó, futebol society, futsal, handebol, judô, natação, queimada, voleibol, vôlei de praia, corrida pedestre, xadrez, atletismo, tênis de mesa durante todo o evento. Profissional aprovado pela Coordenação de Esporte, Lazer e Cultura - CELC.</p> <p>A contratada deverá disponibilizar árbitros das federações ou ligas esportivas do Amazonas, ou árbitros com experiências em jogos Universitário (jogos da FAUD Federação Amazonense de Desporto universitários) que tenham experiência em campeonatos estaduais em arbitragem, os árbitros deverão ter conhecimento do regulamento da competição (geral e específico), assim como aplicá-lo fielmente sob pena de arcar com o ônus causado pelo não cumprimento de suas obrigações inclusive por não cumprimento do horário previsto, apresentando e preenchendo súmulas, bem como realizar chaveamento /tabela e boletins diários, relatórios parciais e final (incluindo todas as súmulas dos jogos realizados). A contratada devesa fornecer a relação dos árbitros para serem aprovados pela Coordenação do JUUFAM, que poderá a qualquer momento solicitar substituição de árbitros. Os mesmos deverão arbitrar uniformizados e material de arbitragem, incluindo placar, conforme sua modalidade.</p>

5.1.3.4. Para o **item 8**, Serviço de locação, montagem, operação de som e com sistema de áudio com DJ, para as cerimônias de abertura e de encerramento do JUUFAM (dias e horários a serem informados pela coordenação), com duração de 03 (três) horas de serviço. Equipamentos de som necessários: Sistema de som – 04 (quatro) caixas amplificadas 15" RCF com tripé, 02 (dois) sub grave RCF ativos 15", 01 (uma) mesa de som 10 canais, 02 (dois) CDJS DJ com 01 (um) mixer, 01 (um) notebook DJ com sistema Serato DJ, 03 (três) microfones s/ fio (com baterias ou pilhas), 01 (um) microfone com fio no pedestal medindo 30 metros de comprimento, 01 (um) DJ profissional para operação de som, com projetor e tela de projeção, conforme a programação, a ser disponibilizada após assinatura do contrato.

5.1.3.5. Para o **item 9**, referente à infraestrutura para o evento deverá garantir os equipamentos e o pessoal para realizar a montagem, com pelo menos 24 (vinte quatro) horas de antecedência ao início do evento e a desmontagem após a realização do evento, conforme a programação, a ser disponibilizada após assinatura do contrato.

5.1.3.5.1. A contratada deverá instalar 50 (cinquenta) metros de arquibancadas divididas em 03 (três) módulos com estrutura composta por pelo menos 04 (quatro) degraus com 35 cm de altura, 06 (seis) metros de largura e 02 (dois) metros de profundidade, devendo conter ainda guarda-corpo nas laterais e fundo com pelo menos 1,20 metros de altura. A estrutura metálica deve ser galvanizada ou pintada (em perfeitas condições de uso e apresentação) acompanhada pela estrutura da grade de contenção deve ser metálica galvanizada ou pintada com pelo menos 1,20m de altura e deverá ser em quantidade suficiente para cobrir 100 (cem) metros lineares. A montagem das arquibancadas e grades deverá ser completamente executada 01 (um) dia antes da abertura do evento, entre a Quadra 01 e 02 da Faculdade de Educação Física e de Fisioterapia. A desmontagem da arquibancada deverá ocorrer no dia seguinte ao término do evento. Os serviços de locação, transporte, montagem e desmontagem serão realizados diretamente pela contratada.

5.1.3.6. Para o **item 10** - Serviço de Assistência Médica, com Ambulância Tipo UTI Móvel, composta por 01 (Um) Motorista, 01 (Um) Enfermeiro(a) e 01 (Um) Médico(a): A equipe deverá permanecer no local do evento no horário de 8:30h às 21:30h, durante os 09 (nove) dias de competição, conforme programação a ser disponibilizada após assinatura do contrato. A equipe dará atendimento nas dependências da realização do evento, o qual será designado pela Coordenação do evento.

5.1.3.6.1. O local da realização do evento estará dentro dos limites urbanos da cidade de Manaus/AM.

5.1.3.6.2. Caso seja necessário o transporte de pacientes, a Contratada deverá encaminhá-los as unidades de urgência e emergência mais próximas.

5.1.3.6.3. Característica do Veículo Ambulância UTI: O veículo deverá dispor de sinalizador óptico e acústico; equipamento de rádio comunicação fixo e móvel; maca com rodas articulada; dois suportes de soro; cadeira de rodas dobrável; instalação de rede portátil de oxigênio com cilindro, válvula, manômetro em local de fácil visualização e régua com dupla saída; oxigênio com régua tripla (a- alimentação do respirador; b-fluxômetro e umidificador de oxigênio; c-aspirador tipo Venturi). É obrigatório que a quantidade de oxigênio permita ventilação mecânica por no mínimo 2 (duas) horas; respirador mecânico de transporte; oxímetro não invasivo portátil; monitor cardioversor com bateria e instalação elétrica disponível (em caso de frota deverá haver disponibilidade de um monitor cardioversor com marca passo externo não invasivo); bomba de infusão com bateria e equipo; maleta de vias aéreas contendo máscaras laríngeas e cânulas endotraqueais de vários tamanhos; cateteres de aspiração; adaptadores de cânulas; cateteres nasais; seringa de 20ml; ressuscitador manual adulto e infantil com reservatório; sondas para aspiração traqueal de vários tamanhos; luvas de procedimentos; máscaras para ressuscitador adulto e infantil; lidocaína geleia e spray; cadarços para fixação de cânulas; laringoscópio infantil e adulto com conjunto de

lâminas; estetoscópio; esfigmomanômetro adulto e infantil; cânulas orofaríngeas adulto e infantil; fios-guia para intubação; pinça de Magyll; bisturi descartável; cânulas para traqueostomia; material para cricotiroidostomia; conjunto de drenagem torácica; maleta de acesso venoso contendo: tala para fixação de braço; luvas estéreis; recipiente de algodão com anti séptico; pacotes de gaze estéril; esparadrapo; material para punção de vários tamanhos incluindo agulhas metálicas, plásticas e agulhas especiais para punção óssea; garrote; equipos de macro e microgotas; cateteres específicos para dissecação de veias, tamanho adulto e infantil; tesoura, pinça de Kocher; cortadores de soro; lâminas de bisturi; seringas de vários tamanhos; torneiras de 3 vias; frasco de soro fisiológico, ringer lactato e soro glicosado; caixa completa de pequena cirurgia; luvas cirúrgicas, clamps umbilicais, estilete estéril para corte do cordão, saco plástico para placenta, coberto, compressas cirúrgicas e gases estéreis, braceletes de identificação; sondas vesicais; coletores de urina; protetores para eviscerados ou queimados; espátulas de madeira; sondas nasogástricas; eletrodos descartáveis; equipos para drogas fotossensíveis; equipo para bombas de infusão; circuito de respirador estéril de reserva; equipamentos de proteção à equipe de atendimento; óculos, máscaras e aventais; cobertor u filme metálico para conservação do calor do corpo; campo cirúrgico fenestrado; almotolias da coluna; ataduras, spray de gelo e gelo.

5.1.3.6.4. Característica do motorista do Veículo Ambulância UTI: Profissional de nível básico, habilitado a conduzir veículos de urgência padronizados pelo código sanitário e pela Portaria do Ministério da Saúde nº 2.048/2002, como veículos terrestres, obedecendo aos padrões de capacitação e atuação previstos na citada Portaria. Requisitos gerais: maior de 21 anos; disposição pessoal para a atividade; equilíbrio emocional e autocontrole; disposição para cumprir ações orientadas; habilitação profissional como motorista de veículos de transporte de pacientes, de acordo com a legislação em vigor (código Nacional de Trânsito); capacidade de trabalhar em equipe; disponibilidade para a capacitação discriminada no Capítulo VII da Portaria do Ministério da Saúde nº 2.048/2002, bem como a recertificação periódica. Competências/atribuições: conduzir veículo terrestre de urgência destinado ao atendimento e transporte de pacientes; conhecer integralmente o veículo e realizar manutenção básica do mesmo; estabelecer contato radiofônico (ou telefônico) com a central de regularização médica e seguir suas orientações; conhecer a malha viária local; conhecer a localização de todos os estabelecimentos de saúde integrados ao sistema assistencial local, auxiliar a equipe de saúde nos gestos básicos de suporte à vida; auxiliar a equipe nas imobilizações e transporte de vítimas; realizar media de reanimação cardiorrespiratória básica; identificar todos os tipos de materiais existentes nos veículos de socorro e sua utilidade a fim de auxiliar a equipe de saúde.

5.1.3.6.5. Característica do(a) enfermeiro(a): Profissional titular do diploma de Enfermeiro, devidamente registrado no Conselho Regional de Enfermagem de sua jurisdição e habilitado para ações de enfermagem no Atendimento Pré-Hospitalar Móvel, conforme os termos deste Regulamento, devendo, além das ações assistenciais, prestar serviços administrativos e operacionais em sistemas de atendimento pré-hospitalar.

5.1.3.6.6. Característica do(a) Médico(a): Profissional de nível superior titular de Diploma de Médico, devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina de sua jurisdição, habilitado ao exercício da medicina pré-hospitalar, atuando nas áreas de regulação médica, suporte avançado de vida, em todos os cenários de atuação do pré-hospitalar e nas ambulâncias, assim como na gerência do sistema, habilitado conforme os termos da Portaria do Ministério da Saúde nº 2.048/2002. Requisitos gerais: equilíbrio emocional e autocontrole; disposição para cumprir ações orientadas; capacidade física para a atividade; iniciativa e facilidade de comunicação; destreza manual e física para trabalhar em atividades móveis; capacidade de trabalhar em equipe; disponibilidade para a capacitação discriminada no Capítulo VII da Portaria do Ministério da Saúde nº 2.048/2002, bem como para a recertificação periódica. Competências/atribuições: exercer a regulação médica do sistema; conhecer a rede de serviços da região; manter uma visão global e permanentemente atualizada dos meios disponíveis para o atendimento pré-hospitalar e das portas de urgência; recepção dos chamados de auxílio, análise de demanda, classificação em prioridades de

atendimento; seleção de meios para atendimento (melhor reposta), acompanhamento do atendimento local, determinação do local destino do paciente, orientação telefônica; prestar assistência direta aos pacientes nas ambulâncias quando indicado, realizando atos médicos possíveis e necessários ao nível pré-hospitalar; exercer o controle operacional da equipe assistencial; garantir a continuidade da atenção médica ao paciente grave, até a sua recepção por outro médico nos serviços de urgência; obedecer ao código de ética médica. A equipe medica devera atender todos os espaços onde estarão sendo realizado os jogos e disponibilizando os insumos necessários para pronto atendimento esportivo.

5.1.3.7. Para os **itens 11, 12 e 13**, serviços gráficos, os materiais deverão ser apresentados em formato de mídia digital para aprovação e entregues com pelo menos 7 dias antes do início do evento. A produção será demandada pela Coordenação de Esporte, Lazer e Cultura - CELC. A arte será disponibilizada pela Contratante.

5.1.3.8. Para o **item 14** que são referentes à locação de jogo de mesa plástica para o evento, a Contratada deverá disponibilizar 10 (dez) jogos de mesas e cadeiras (1 jogo = 1 mesa + 4 cadeiras), as quais serão utilizadas nos dias dos eventos. Os jogos deverão ser na cor branca, de plástico e todos do mesmo modelo.

5.1.3.9. Para o **item 26**, a contratada deverá instalar no dia antes da abertura do evento pela manhã, na Faculdade de Educação Física e Fisioterapia da UFAM, quatro (04) banheiros de modelo standard, sendo dois (02) masculinos e dois (02) femininos, fabricados em polietileno de alta densidade, resistente e totalmente lavável, compostos de caixa de dejetos com assento, teto translúcido, inclinado, com cavaletes para impedir a entrada da chuva, suporte de papel higiênico, pontos de luz, trava interna, porta com 180º de abertura, com mola interna de alta resistência que a mantenha fechada; piso antiderrapante, espaço interno mínimo de 2,4 metros cúbicos, identificação (masculino/ feminino e livre /ocupado), ponto de ventilação, com reposição de peças eventualmente danificadas e fornecimento de bactericida e papel higiênico, realização da higienização diariamente, durante todo o evento;

5.1.3.10. Para o **item 27**, a contratada deverá realizar show pirotécnico (queima de fogos de artifícios) no dia de abertura dos Jogos Universitários. Deverão ser 03 (três) girândolas 468, 08 (oito) vulcões, 03 (três) chuvas de prata e 08 (oito) árvores de natal, 5 pacotes de estopa, 4 litros de querosene, um maço de fosfor. O serviço deverá ser preparado no dia da abertura do evento e o material deverá ser montados no local estabelecido e em hora estabelecido pela organização.

5.1.3.11. Para o **item 28**, disponibilizar de 2 climatizadores pedestal grandes, com reservatório de 100 litros, pelo período de 9 dias, instalados na quadra 2 da FEEF, disponibilizar fiação para a instalação conforme a solicitação da coordenação, instalar às 14 horas do dia da abertura do evento;

5.1.3.12. Para os **itens de 29 à 44**, os materiais esportivos deverão atender as regras específicas da Confederação Brasileira, da categoria adulta, referente a cada modalidade solicitada e deverá ser aprovada pela coordenação, a marca e especificação deverão ser entregues 5 (cinco) dias antes do evento;

5.1.3.13. Para os **itens de 46 à 51**, fornecimento pela empresa contratada, de 40 pães de forma, 10 kg queijo mussarela fatiado, 5 kg presunto fatiado, 5 kg mortadela fatiada, 5 potes de manteiga de 500 gramas, fornecer também 40 unidades de refrigerantes de 2 litros (20 cocas zero, 10 coca cola, 10 fanta laranja), para montagem pela Coordenação do JUUFAM de lanches para os monitores voluntários no período do evento. Deverão serem entregues até às 12 horas do dia da abertura do evento;

5.1.3.14. A ordem de serviço, referentes aos serviços descritos na tabela do item 1, serão solicitados por meio de endereço eletrônico pela Coordenação de Esporte, Lazer e Cultura - CELC, com confirmação de recebimento pela empresa contratada. O prazo para a empresa confirmar o recebimento será de 24 horas úteis a partir da data de recebimento da ordem.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços:

5.2.1. Campus Universitário da Universidade Federal do Amazonas - UFAM: Complexo Esportivo, Salas de Aula e Auditório da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia(FEFF). Endereço: Avenida Rodrigo Octávio, 6200, Coroadó I, Manaus/AM;

5.2.2. Restaurante Universitário Setor Norte e Sul do Campus Universitário da UFAM;

5.2.3. Vila Olímpica de Manaus: Avenida Pedro Teixeira, 1271-1359, Dom Pedro, Manaus/AM.

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário:

5.3.1. A Contratada deverá cumprir com os horários estabelecidos pela Coordenação Geral do evento, designada pela Coordenação de Esportes, Cultura e Lazer – CELC/PROAE.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, na tabela de detalhamento do objeto, item 1.1.1. deste documento.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as características constantes na tabela do item 1.1.1. e no detalhamento da execução do objeto.

Especificação da garantia do serviço

5.6. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Uniformes

5.7. Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

5.7.1. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

5.7.1.1. Camiseta com logo da empresa e indicação dos servidores para atendimento ao público;

5.7.1.2. Bermuda ou calça na cor preta;

5.7.1.3. Sapato fechado;

5.7.2. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

5.7.2.1. Algodão ou tecido leve para trabalhar em locais quentes;

5.7.3. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

5.7.4. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

- 6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.
- 6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de organização e execução do JUUFAM. **O preposto deverá diariamente efetuar publicação do Boletim da competição, apresentar o relatório final e realizar o congresso técnico.**
- 6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

- 6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

- 6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 6.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.16.1. Todos os serviços serão supervisionados, fiscalizados e acompanhados diretamente, durante toda a execução do contrato, pelos profissionais da Coordenação de Esporte Lazer e Cultura (CELC), que terão acesso a todas as informações e andamento das etapas e pelo Coordenador geral do JUUFAM;

6.16.2. Acompanhamento e verificação dos itens (i) cumprimento do prazo de entrega de materiais e serviços, (ii) qualidade dos materiais e serviços, (iii) correta instalação dos materiais e serviços, (iv) manutenção e correção de problemas ocorridos na oferta de materiais e serviços, (v) avaliação da qualidade do atendimento prestado ao público, (vi) avaliação de resultados de pesquisa de satisfação;

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.19. O fiscal administrativo do contrato, lotado na **Coordenação de Esporte, Lazer e Cultura-CELC**, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.21. Cabe ao gestor do contrato:

6.21.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.21.1.1. O gestor deverá ser servidor da UFAM lotado na **Coordenação de Esporte, Lazer e Cultura-CELC/PROAE**.

6.21.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.21.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.21.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.21.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.21.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.21.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.21.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.21.8.1 às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.21.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no **Anexo I** deste documento.

7.2. Nos regimes de execução de **empreitada por preço global**, empreitada integral, contratação por tarefa, contratação integrada e contratação semi-integrada será adotada sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado, vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários.

7.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.3.1 não produziu os resultados acordados,

7.3.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.3.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.4. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Recebimento

7.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.6. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.7. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **10 (dez)** dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.7.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.7.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.7.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.7.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.7.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.9. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.11. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.12. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.13. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.14. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.15. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.16. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 7.16.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.16.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.17. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.18. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.19. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.20. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.21. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.22. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA** de correção monetária.

Forma de pagamento

7.23. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.25. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.25.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.27. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 12/02/2026.

Cessão de Crédito

7.28. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.28.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.28.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à

certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.28.3. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.29. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.1.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.2. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **0,1% (um décimo por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.3. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **0,1% (um décimo por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, **0,1% (um décimo por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da contratação;

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO Tradicional**, sob a forma ELETRÔNICA, LOTE ÚNICO com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de **empreitada por preço global**.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Para o objeto o critério de aceitabilidade de preços será:

9.3.1. valor global: conforme valor estimado da contratação;

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. Certidão negativa de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005) terá o prazo de validade de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de expedição, ou no prazo declarado na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores;

9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas :

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.26. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação – aplicável para o contrato de escopo.**

9.27. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.32. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.32.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico-Operacional

9.33. Comprovação de aptidão para execução de **serviço de realização de eventos esportivos para instituições federais, estaduais e municipais**, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.33.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.33.1.1 contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 01 (um) ano do fornecedor na prestação dos serviços de **eventos esportivos**, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.33.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.33.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.33.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.33.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.34. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.35. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

9.36. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, árbitros federados, ou liga esportivas, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.36.1. Para o Coordenador geral, árbitros, membros da comissão disciplinar;

9.36.2. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.37. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.38. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.39. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.40. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.41. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.42. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.43. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.44. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.44.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.44.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.44.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.44.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.44.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.44.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.44.6.1. ata de fundação;

9.44.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.44.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.44.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.44.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.44.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.44.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 506.558,00 (quinhentos e seis mil, quinhentos e cinquenta e oito reais), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1.1 acima**.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. Gestão/unidade: [157369];
- II. Fonte de recursos: [100];
- III. Programa de trabalho: [230619];
- IV. Elemento de despesa: [339039]; e
- V. Plano interno: [M4002G2345N].

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Manaus, 26 de fevereiro de 2026.

Arlena Cunha de Almeida
Membro da Equipe de Planejamento

Klélia Sandra Brasil dos Santos
Membro da Equipe de Planejamento

Paulo Oliveira Macedo
Membro da Equipe de Planejamento

13. ANEXO I

Não aplicável.

14. ANEXO II

Não aplicável.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ARLENA CUNHA DE ALMEIDA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 22/06/2026 às 15:17:51.

KLELIA SANDRA BRASIL DOS SANTOS

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 22/06/2026 às 15:23:41.

PAULO OLIVEIRA MACEDO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 22/06/2026 às 15:23:06.

ANEXO I-A

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

1. DA DEFINIÇÃO

- 1.1. Este documento apresenta os critérios de avaliação da qualidade dos serviços, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e critérios de ajuste do pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.
- 1.2. Este Anexo constitui parte integrante e indissociável do Contrato decorrente do presente procedimento licitatório.

2. DOS INDICADORES, DAS METAS E DOS MECANISMOS DE CÁLCULO

- 2.1. A execução contratual, compreendendo os serviços prestados e os materiais fornecidos pela CONTRATADA, será avaliada por meio dos seguintes indicadores de qualidade:
 - 2.1.1. Tempo de resposta às solicitações da CONTRATANTE;
 - 2.1.2. Materiais e equipamentos;
 - 2.1.3. Avaliação da Comissão de Fiscalização;
 - 2.1.4. Pesquisa de satisfação dos participantes.
- 2.2. Aos indicadores serão atribuídas pontuações de qualidade, conforme critérios estabelecidos neste instrumento.
- 2.3. Cada indicador possui peso específico na composição da pontuação final, em razão de sua relevância para a adequada execução do objeto contratado.
- 2.4. A pontuação final da qualidade dos serviços poderá variar de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, sendo 0 (zero) correspondente à execução insatisfatória dos serviços e 100 (cem) correspondente ao atendimento integral dos padrões de qualidade estabelecidos.
- 2.5. As tabelas a seguir apresentam os indicadores, metas, critérios de avaliação e mecanismos de cálculo da pontuação de qualidade.

INDICADOR 1 - TEMPO DE RESPOSTA ÀS SOLICITAÇÕES DA CONTRATANTE	
ITEM	DESCRIÇÃO
FINALIDADE	MENSURAR A TEMPESTIVIDADE NO ATENDIMENTO DAS SOLICITAÇÕES FORMULADAS PELA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DURANTE A EXECUÇÃO CONTRATUAL.
META A CUMPRIR	ATÉ O PRIMEIRO DIA ÚTIL SUBSEQUENTE À SOLICITAÇÃO.
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO	REGISTRO FORMAL DAS SOLICITAÇÕES E DAS RESPOSTAS APRESENTADAS PELA CONTRATADA.
FORMA DE ACOMPANHAMENTO	PELO FISCAL DO CONTRATO, MEDIANTE REGISTRO FORMAL DAS SOLICITAÇÕES E DOS PRAZOS DE RESPOSTA.
PERIODICIDADE	A CADA SOLICITAÇÃO FORMULADA PELA CONTRATANTE.
MECANISMO DE CÁLCULO	VERIFICAÇÃO DA QUANTIDADE DE OCORRÊNCIAS REGISTRADAS COM TEMPO DE RESPOSTA SUPERIOR À META ESTABELECIDADA.
INÍCIO DE VIGÊNCIA	A PARTIR DO INÍCIO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO
FAIXAS DE AJUSTE NO PAGAMENTO	SEM ATRASOS = 20 PONTOS 1 RESPOSTA COM ATRASO = 16 PONTOS 2 RESPOSTAS COM ATRASO = 12 PONTOS 3 RESPOSTAS COM ATRASO = 8 PONTOS 4 RESPOSTAS COM ATRASO = 4 PONTOS 5 OU MAIS COM ATRASO = 0 PONTOS
SANÇÕES	CONFORME ITEM 8
OBSERVAÇÕES	O OBJETIVO DESTES INDICADOR É AFERIR O COMPROMETIMENTO DA CONTRATADA QUANTO AO ATENDIMENTO TEMPESTIVO DAS DEMANDAS FORMULADAS PELA CONTRATANTE, AINDA QUE A SOLUÇÃO DEFINITIVA DA DEMANDA EXIJA PRAZO SUPERIOR AO ESTABELECIDO PARA A RESPOSTA INICIAL.
INDICADOR 2 – MATERIAIS E EQUIPAMENTOS	
ITEM	DESCRIÇÃO
FINALIDADE	GARANTIR A DISPONIBILIZAÇÃO, A QUANTIDADE E A CONFORMIDADE DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PREVISTOS NO TERMO DE REFERÊNCIA E NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATADO.
META A CUMPRIR	DISPONIBILIZAÇÃO INTEGRAL DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PREVISTOS NO TERMO DE REFERÊNCIA, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTRATUAIS.
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO	CONFERÊNCIA LOCAL E COMPARAÇÃO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E NA PROPOSTA DA CONTRATADA.
FORMA DE ACOMPANHAMENTO	VISUAL, PELO FISCAL E PELO GESTOR DO CONTRATO.
PERIODICIDADE	DURANTE TODO O PERÍODO DE REALIZAÇÃO DO

	EVENTO.
MECANISMO DE CÁLCULO	VERIFICAÇÃO DA QUANTIDADE DE OCORRÊNCIAS REGISTRADAS DURANTE A EXECUÇÃO DO EVENTO E APLICAÇÃO DA FAIXA DE PONTUAÇÃO CORRESPONDENTE.
INÍCIO DE VIGÊNCIA	A PARTIR DO INÍCIO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO
FAIXAS DE AJUSTE NO PAGAMENTO	SEM OCORRÊNCIAS = 40 PONTOS ATÉ 2 OCORRÊNCIAS = 25 PONTOS DE 3 A 4 OCORRÊNCIAS = 10 PONTOS 5 OU MAIS OCORRÊNCIAS = 0 PONTOS
SANÇÕES	CONFORME ITEM 8
OBSERVAÇÕES	CONSIDERA-SE OCORRÊNCIA A AUSÊNCIA, INSUFICIÊNCIA OU DESCONFORMIDADE DE MATERIAL OU EQUIPAMENTO PREVISTO NO TERMO DE REFERÊNCIA, CONSTATADA PELA FISCALIZAÇÃO DURANTE A EXECUÇÃO DO EVENTO E NÃO REGULARIZADA NO PRAZO ESTABELECIDO PELA FISCALIZAÇÃO, OBSERVADO O GRAU DE COMPLEXIDADE E A NATUREZA DA OCORRÊNCIA.
INDICADOR 3 - AVALIAÇÃO DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO	
ITEM	DESCRIÇÃO
FINALIDADE	GARANTIR A ADEQUADA EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E A CONFORMIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS COM AS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E NO CONTRATO.
META A CUMPRIR	EXECUÇÃO INTEGRAL DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS, SEM REGISTRO DE INCONFORMIDADES RELEVANTES.
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO	REGISTRO DAS INCONFORMIDADES IDENTIFICADAS PELA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DURANTE A EXECUÇÃO CONTRATUAL.
FORMA DE ACOMPANHAMENTO	ACOMPANHAMENTO DIRETO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL PELA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, COM REGISTRO DAS INCONFORMIDADES VERIFICADAS.
PERIODICIDADE	DURANTE TODO O PERÍODO DE REALIZAÇÃO DO EVENTO.
MECANISMO DE CÁLCULO	VERIFICAÇÃO DA QUANTIDADE DE INCONFORMIDADES REGISTRADAS PELA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E APLICAÇÃO DA FAIXA DE PONTUAÇÃO CORRESPONDENTE.
INÍCIO DE VIGÊNCIA	A PARTIR DO INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.
FAIXAS DE AJUSTE NO PAGAMENTO	EXECUÇÃO INTEGRAL DOS SERVIÇOS PREVISTOS NO TERMO DE REFERÊNCIA= 30 PONTOS ATÉ 2 INCONFORMIDADES SANADAS NO PRAZO = 20 PONTOS DE 3 A 4 INCONFORMIDADES SANADAS NO PRAZO = 10 PONTOS 5 OU MAIS INCONFORMIDADES OU INCONFORMIDADES NÃO SANADAS = 0 PONTOS

SANÇÕES	CONFORME ITEM 8
OBSERVAÇÕES	O OBJETIVO DESTE INDICADOR É AFERIR O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E A ADEQUAÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS ÀS EXIGÊNCIAS PREVISTAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E NO CONTRATO.
INDICADOR 4 - PESQUISA DE SATISFAÇÃO DOS PARTICIPANTES	
ITEM	DESCRIÇÃO
FINALIDADE	AFERIR A PERCEPÇÃO DOS PARTICIPANTES QUANTO À QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS DURANTE A REALIZAÇÃO DO EVENTO.
META A CUMPRIR	ALCANÇAR O MAIOR ÍNDICE POSSÍVEL DE SATISFAÇÃO DOS PARTICIPANTES.
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO	PESQUISA DE SATISFAÇÃO REALIZADA POR MEIO DE FORMULÁRIO ELETRÔNICO DISPONIBILIZADO AOS PARTICIPANTES DO EVENTO.
PERIODICIDADE	AO FINAL DO EVENTO.
MECANISMO DE CÁLCULO	APURAÇÃO DO PERCENTUAL DE AVALIAÇÕES POSITIVAS OBTIDAS NA PESQUISA DE SATISFAÇÃO E APLICAÇÃO DA FAIXA DE PONTUAÇÃO CORRESPONDENTE.
INÍCIO DE VIGÊNCIA	A PARTIR DO INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.
FAIXAS DE AJUSTE NO PAGAMENTO	90% A 100% DE SATISFAÇÃO = 10 PONTOS 80% A 89% DE SATISFAÇÃO = 8 PONTOS 70% A 79% DE SATISFAÇÃO = 6 PONTOS 60% A 69% DE SATISFAÇÃO = 4 PONTOS ABAIXO DE 60% DE SATISFAÇÃO = 0 PONTOS
SANÇÕES	CONFORME ITEM 8
OBSERVAÇÕES	A PESQUISA DE SATISFAÇÃO POSSUI CARÁTER COMPLEMENTAR E DESTINA-SE A AFERIR A PERCEPÇÃO DOS PARTICIPANTES SOBRE A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, NÃO SUBSTITUINDO OS DEMAIS MECANISMOS DE FISCALIZAÇÃO E AVALIAÇÃO PREVISTOS NESTE IMR.

3. FAIXAS DE AJUSTE DE PAGAMENTO

- 3.1. As pontuações de qualidade deverão ser totalizadas ao final da execução do evento, conforme os critérios estabelecidos neste Instrumento de Medição de Resultados.
- 3.2. A aplicação dos critérios de averiguação da qualidade resultará em uma pontuação final no intervalo de 0 a 100 pontos, correspondente à soma das pontuações obtidas para cada indicador, conforme fórmula abaixo:

3.2.1. Pontuação Total = Pontos do Indicador 1 + Pontos do Indicador 2 + Pontos do Indicador 3 + Pontos do Indicador 4.

- 3.3. Os pagamentos devidos serão ajustados de acordo com a pontuação total obtida pela CONTRATADA na avaliação dos serviços prestados durante a execução do evento, conforme tabela abaixo:

FAIXAS DE PONTUAÇÃO DE QUALIDADE DA ORDEM DE SERVIÇO	PAGAMENTO DEVIDO	FATOR DE AJUSTE DE NÍVEL DE SERVIÇO
DE 80 A 100 PONTOS	100% DO VALOR PREVISTO	1,00
DE 70 A 79 PONTOS	97% DO VALOR PREVISTO	0,97
DE 60 A 69 PONTOS	95% DO VALOR PREVISTO	0,95
DE 50 A 59 PONTOS	93% DO VALOR PREVISTO	0,93
DE 40 A 49 PONTOS	90% DO VALOR PREVISTO	0,90
ABAIXO DE 40 PONTOS	90% DO VALOR PREVISTO MAIS MULTA	0,90 + AVALIAR NECESSIDADE DE APLICAÇÃO DE MULTA CONTRATUAL

3.3.1. Valor devido = (Valor da Contratação × Fator de Ajuste de Nível de Serviço).

3.3.2. O resultado da avaliação poderá subsidiar a aplicação das sanções previstas contratualmente, observados o contraditório e a ampla defesa.

4. CHECK LIST PARA A AVALIAÇÃO DE NÍVEL DOS SERVIÇOS

Indicador	Pontuação Máxima	Pontos Obtidos
Tempo de resposta às solicitações da CONTRATANTE	20	
Materiais e equipamentos	40	
Avaliação da Comissão de Fiscalização	30	
Pesquisa de satisfação dos participantes	10	
TOTAL	100	

A pontuação final será obtida mediante a soma dos pontos atribuídos a cada indicador, observado o limite máximo de 100 (cem) pontos.

Indicador 1 – Tempo de Resposta (20 pontos)

Critério	Pontos	Avaliação
Sem atrasos	20	
1 resposta com atraso	16	
2 respostas com atraso	12	

3 respostas com atraso	8	
4 respostas com atraso	4	
5 ou mais respostas com atraso	0	

Indicador 2 – Materiais e Equipamentos (40 pontos)

Critério	Pontos	Avaliação
Sem ocorrências	40	
Até 2 ocorrências	25	
3 a 4 ocorrências	10	
5 ou mais ocorrências	0	

Indicador 3 – Avaliação da Comissão de Fiscalização (30 pontos)

Resultado da avaliação da comissão	Pontos	Avaliação
Execução integral dos serviços previstos no termo de referência	30	
Até 2 inconformidades sanadas no prazo	20	
De 3 a 4 inconformidades sanadas no prazo	10	
5 ou mais inconformidades ou inconformidades não sanadas	0	

Indicador 4 – Pesquisa de Satisfação dos Participantes (10 pontos)

Índice de satisfação	Pontos	Avaliação
90% a 100%	10	
80% a 89%	8	
70% a 79%	6	
60% a 69%	4	
Abaixo de 60%	0	

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS/AM

Estudo Técnico Preliminar 6/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 23105.009376/2026-54

2. Descrição da necessidade

2.1. O objeto do presente processo é a "Contratação de empresa especializada em serviços de gerenciamento, produção e operacionalização de eventos com aproximadamente 4.300 atletas inscritos e público de 10.000 pessoas da capital e interior, incluindo serviços eletrônicos de multimídias, serviços de confecções especializadas, serviços gráficos, serviços de alimentação, serviços de locação de equipamentos, serviços de recursos humanos e serviços de assistência médica com ambulância, tipo UTI móvel, para atender as necessidades de realização dos Jogos Universitários da Universidade Federal do Amazonas - JUUFAM", a ser sediado na Universidade Federal do Amazonas no ano de 2026, nos termos das tabelas abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

2.2. Os eventos são elementos constitutivos importantes da agenda institucional da UFAM, com ampla participação do seu corpo social, promovendo a interdisciplinaridade através do intercâmbio de ideias e de um fórum teórico e prático de atividades conjuntas, onde as diversas expertises acadêmicas interagem nas várias áreas do conhecimento.

2.3. A realização desses eventos reforça a natureza pública da universidade, que se confirma na medida em que diferentes setores da população usufruem do conhecimento científico, tecnológico, cultural e artístico nela produzidos pelo seu corpo social, contribuindo para a sua organização social, econômica e política, voltada para a afirmação dos indivíduos como sujeitos de direitos.

2.4. É importante ressaltar que o JUUFAM é um evento esportivo como ferramenta de integração dos cursos da Universidade Federal do Amazonas que proporciona a inclusão e a transformação social do ambiente acadêmico.

2.5. O JUUFAM busca incentivar e exaltar a prática desportiva como instrumento valioso para interação, integração, permanência e promoção da saúde dos participantes; estimular a prática desportiva no âmbito universitário; fomentar a prática das várias modalidades pela comunidade acadêmica; incrementar a prática desportiva como instrumento imprescindível para a formação da personalidade do educando; selecionar alunos-atletas que irão compor as equipes que representarão a UFAM em eventuais competições das diversas modalidades em níveis municipal, estadual e nacional e conscientizar os acadêmicos do valor de integrarem e representarem a UFAM.

2.6. A contratação desses eventos faz-se necessária para o processo de consolidação da Assistência Estudantil na UFAM, visando as ações desenvolvidas conforme diretrizes do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) descrito no Art. 1º, incisos IV - atenção à saúde, VI - cultura, VII - esporte.

2.7. Os eventos esportivos beneficiam a saúde física e mental, trabalham questões inerentes ao comportamento, ao autoconhecimento e ao trabalho em equipe. Os indivíduos que praticam esportes também podem se beneficiar do aspecto social, desenvolvendo amizades com colegas de equipe e sentindo-se parte de um grupo que os acolhe. Dessa forma, minimiza as patologias físicas, psicológicas e sociais e contribui pela busca de atividades esportivas oferecidas pelo departamento ao longo do ano.

2.8. Os eventos esportivos possibilitam o conhecimento, sensibilização e socialização da comunidade acadêmica com o propósito de levantar questionamentos diante à realidade vivenciada, com vistas a uma transformação social.

2.9. Possibilita a articulação entre os indivíduos de maneira a instigar sua percepção de mundo e pertencimento local. Dessa forma, promove a integração da comunidade acadêmica e difundindo a cultura.

2.10. A contratação do serviços de terceiros, oferece profissionalização dos serviços, associada à redução de custos e ganho de eficiência e qualidade, proporcionando à universidade foco em atividades fins nas áreas de ensino, pesquisa e extensão.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Esporte, Lazer e Cultura	Klélia Sandra Brasil dos Santos
Pró-reitoria de Assistência Estudantil	Sandra Helena da Silva

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Trata-se de serviço comum, não continuado, a ser contratado mediante licitação, na modalidade **Pregão Tradicional**, em sua forma **eletrônica**, tipo **Menor Preço Global em Lote Único**. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.3. Conforme este Estudo Preliminar, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

4.3.1. O adjudicatário deverá possuir equipe multidisciplinar para que possa atender as diversas áreas do saber;

4.3.2. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas no Termo de Referência;

4.3.3. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

4.3.4. Não há deslocamentos, nem há a necessidade de hospedagem por parte dos prestadores de serviços.

4.3.5. Comprovação de capacidade técnica, mediante apresentação atestados e/ou declarações, que atestem a aptidão da licitante para a prestação de serviços relacionados a jogos esportivos.

5. Levantamento de Mercado

5.1. A pesquisa de mercado segue as determinações da Instrução Normativa nº 73/2020, emitida pelo Ministério da Economia, sendo utilizada, como metodologia para obtenção do preço de referência para a contratação, a média dos valores obtidos na pesquisa de preços. A pesquisa foi realizada diretamente com fornecedores através de solicitações via e-mail, sendo elaborado o mapa de preços posteriormente.

5.2. Muito embora tenha sido realizada a Pesquisa de Preços no Comprasnet (15/2026), considerando as especificidades do objeto não se obteve retorno esperado, tanto de objeto similar quanto de valores similares do objeto, dessa forma, optou-se pela pesquisa realizada diretamente com fornecedores, por meio de solicitações via e-mail, sendo elaborado a Planilha de Preços com as cotações e posteriormente inserido seus valores na pesquisa do Comprasnet, todos os documentos anexados ao processo.

5.3. Os valores obtidos na pesquisa foram avaliados criticamente, no sentido de que suas médias não apresentam grandes variações, estão compatíveis com os praticados no mercado, não comprometendo a estimativa do preço de referencia, representando de forma satisfatória os preços praticados no mercado.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A descrição da solução como um todo, conforme evidenciado neste Estudo Preliminar, abrange os serviços de gerenciamento, produção e operacionalização de eventos, incluindo serviços eletrônicos de multimídias, serviços de confecções especializadas, serviços gráficos, serviços de alimentação, serviços de locação de equipamentos, serviços de recursos humanos e serviços de assistência médica com ambulância, tipo UTI móvel, para atender as necessidades de realização dos Jogos Universitários da Universidade Federal do Amazonas - JUUFAM, a ser sediado na Universidade Federal do Amazonas no ano de 2026.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. As estimativas das quantidades a serem contratadas estão previstas na tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Serviços de gerenciamento, produção e operacionalização de eventos com aproximadamente 4.300 atletas inscritos e público de 10.000 pessoas da capital e interior, incluindo serviços eletrônicos de multimídias, serviços de confecções especializadas, serviços gráficos, serviços de alimentação, serviços de locação de equipamentos, serviços de recursos humanos e serviços de assistência médica com ambulância, tipo UTI móvel, para atender as necessidades de realização dos Jogos Universitários da Universidade Federal do Amazonas - JUUFAM.	Unidade	1

7.1.1. Detalhamento:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Confecção e fornecimento de Bandeiras Oficiais de cetim, do Brasil, do Amazonas, com a logo oficial UFAM, com a logo oficial do JUUFAM, com 1,80m X 1,00m, dupla face.	Unidade	5
2	Serviço de Decoração esportiva em ambiente da quadra 2 da FEFF com backdrop, 3 ambientes instagramáveis, área de descanso com almofadas tipo "puff", espreguiçadeiras ou outros e na estrada da entrada do Campus Universitário até a FEFF com bandeiras e banners, pelo período de 9 dias.	Unidade	1
3	Disponibilização de 07 Coordenadores técnicos esportivos, para as modalidades da competição, pelo período de 9 dias e 1 dia para o relatório, totalizando 10 dias.	Unidade	7
4	Disponibilização de 1 coordenador técnico, que deve ser profissional formado em Educação Física indicado pela contratante, pelo período de 30 dias.	Unidade	1
5	Serviço de uma comissão disciplinar do evento, composta por 2 Profissionais de Educação Física e 1 Advogado especialista em direito esportivo, durante todo o período dos jogos.	Unidade	1
	Disponibilização de serviço de arbitragem para 6		

6	modalidades coletivas: queimada, basquete, futebol society, futsal, handebol e voleibol de quadra, durante todo o evento. Profissional aprovado pela Coordenação de Esporte, Lazer e Cultura - CELC	Jogos	342
7	Disponibilização de serviço de arbitragem para 7 modalidades individuais: atletismo, dominó, judô, natação, tênis de mesa, vôlei de praia, xadrez, durante todo o evento. Profissional aprovado pela Coordenação de Esporte, Lazer e Cultura - CELC	Diárias/Etapas	14
8	Serviço de locação, montagem e operação de som, com sistema de áudio com DJ, 4 colunas de som, 1 sub, 3 microfones sem fio, mesa para a abertura e encerramento do evento	Diária	2
9	Disponibilização e locação de serviços de montagem e operação de equipamentos de infraestrutura para o evento, locação de 50 metros de arquibancadas, com 4 degraus e 100 metros grades, disponível pelo período de 10 dias.	Unidade	1
10	Serviço de assistência médica com ambulância tipo UTI móvel, composta por 01 (um) motorista, 01 (um) enfermeiro e 01 (um) médico com fornecimento de materiais e equipamentos para o evento, disponível pelo período de 13 horas por 9 dias.	Dias	9
11	Confecção e disponibilização de serviço gráfico: faixa em lona vinílica, impressão digital em policromia, acabamento com bastão em madeira e ponteiros em borracha medindo (0,80m x 3,00m) conforme arte atualizada na ocasião da licitação	Unidade	5
12	Confecção e disponibilização de serviço gráfico: banner em lona vinílica, impressão digital em policromia, acabamento com bastão em madeira e ponteiros em borracha e cordão para pendurar medindo (0,60m x 1,00m) conforme arte atualizada na ocasião da licitação	Unidade	30
13	Confecção e disponibilização de serviço gráfico: camisa tecido em algodão, estampa em silkscreen na frente e atrás tamanho P, M, G, GG e XG conforme arte atualizada na ocasião da licitação.	Unidade	80
14	Locação de 10 jogos de mesa de plástico branca pelo período de 10 dias	Unidade	10
15	Confecção de troféu grande para 1º Lugar, em metal de 2mm, 80x40cm, com base de MDF e acabamento em acrílico e adesivo digital, conforme arte aprovada pela contratante.	Unidade	1
16	Confecção de troféu médio para 2º Lugar, em metal de 2mm 60x40cm, com base de MDF e acabamento em acrílico e adesivo digital, conforme arte aprovada pela contratante.	Unidade	1
17	Confecção de troféu pequeno para 3º Lugar, em metal de 2mm 40x40cm, com base de MDF e acabamento em acrílico e adesivo digital, conforme arte aprovada pela contratante.	Unidade	1
18	Confecção de troféu, em metal de 2mm 30x30cm, com base de MDF e acabamento em acrílico e adesivo digital, conforme arte aprovada pela contratante.	Unidade	3
19	Confecção de troféu, em metal de 2mm 20x30cm, com base de MDF e acabamento em acrílico e adesivo digital, conforme arte aprovada pela contratante.	Unidade	2
20	Confecção de troféu para ATLETA REVELAÇÃO, em metal de 2mm 20x30cm, com base de MDF e acabamento em acrílico e adesivo digital, Masculino e Feminino, conforme arte aprovada pela contratante.	Unidade	2
21	Confecção de troféu para ATLETA DESTAQUE, em metal de 2mm 20x30cm, com base de MDF e acabamento em acrílico e adesivo digital, Masculino e Feminino, conforme arte aprovada pela contratante.	Unidade	2

22	Confecção de troféu para TORCIDA, em metal de 2mm 30x30cm, com base de mdf e acabamento em acrílico e adesivo digital, conforme arte aprovada pela contratante.	Unidade	1
23	Confecção de MEDALHAS MODELO OURO, 7x5cm de metal personalizadas, arte aprovada pela contratante, com cordão de cetim.	Unidade	250
24	Confecção de MEDALHAS MODELO PRATA, 7x5cm de metal personalizadas, arte aprovada pela contratante, com cordão de cetim.	Unidade	250
25	Confecção de MEDALHAS MODELO BRONZE, 7x5cm de metal personalizadas, arte aprovada pela contratante, com cordão de cetim.	Unidade	250
26	Disponibilização de 4 Banheiros Químicos pelo período de 9 dias, sendo 2 masculino e 2 feminino.	Unidade	4
27	Serviço pirotécnico, fornecido para abertura do evento e o material deverá ser montado na quadra 2 da FEFF em horário estabelecido pela organização.	Unidade	1
28	Disponibilização de 2 climatizadores pedestal grandes, com reservatório de 100 litros, pelo período de 9 dias, instalados na quadra 2 da FEFF.	Unidade	2
29	Disponibilização de bola de QUEIMADA para a realização dos jogos	Unidade	4
30	Disponibilização de bola de FUTSAL para a realização dos jogos	Unidade	4
31	Disponibilização de bola de BASQUETE para a realização dos jogos	Unidade	4
32	Disponibilização de rede de BASQUETE para a realização dos jogos	Unidade	2
33	Disponibilização de bola de VÔLEI DE AREIA para a realização dos jogos	Unidade	4
34	Disponibilização de rede VÔLEI DE para a realização dos jogos	Unidade	3
35	Disponibilização de bola de VÔLEI DE QUADRA para a realização dos jogos	Unidade	4
36	Disponibilização de bola de HANDEBOL para a realização dos jogos	Unidade	4
37	Disponibilização de rede de HANDEBOL para a realização dos jogos	Unidade	2
38	Disponibilização de 20 bolas de TÊNIS DE MESA para a realização dos jogos	Unidade	20
39	Disponibilização de 20 jogos de DOMINÓ para a realização dos jogos	Unidade	20
40	Disponibilização de 20 JOGOS DE PEÇAS de XADREZ profissional para a realização dos jogos	Unidade	20
41	Disponibilização de 20 RELÓGIOS de XADREZ profissional para a realização dos jogos	Unidade	20
42	Disponibilização de 20 TABULEIROS EM NAPA de XADREZ profissional para a realização dos jogos	Unidade	20
43	Disponibilização rede de FUTSAL para a realização dos jogos	Unidade	3
44	Disponibilização rede FUTEBOL DE CAMPO SOCIETY para a realização dos jogos	Unidade	2
45	Concessão de 30 unidades de cal de 5kg, cada unidades para a demarcação do campo	Unidade	30
46	Fornecimento de 40 pães de forma pela empresa contratada, para montagem pela Coordenação do Juufam de lanches dos monitores voluntários no período do evento.	Unidade	40
	Fornecimento de 10 kg queijo mussarela fatiado, pela empresa contratada, para montagem pela Coordenação do		

47	Juufam de lanches dos monitores voluntários no período do evento.	Unidade	10
48	Fornecimento de 5 kg presunto fatiado, pela empresa contratada, para montagem pela Coordenação do Juufam de lanches dos monitores voluntários no período do evento.	Unidade	5
49	Fornecimento de 5 kg mortadela fatiada, pela empresa contratada, para montagem pela Coordenação do Juufam de lanches dos monitores voluntários no período do evento.	Unidade	5
50	Fornecimento de 5 potes de manteiga de 500 gramas, pela empresa contratada, para montagem pela Coordenação do Juufam de lanches dos monitores voluntários no período do evento.	Unidade	5
51	Fornecimento de 40 unidades de refrigerantes de 2 litros (20 cocas zero, 10 coca cola, 10 fanta laranja, 10 sprit) pela empresa contratada, para montagem pela Coordenação do Juufam de lanches dos monitores voluntários no período do evento.	Unidade	40

Registra-se que os quantitativos do presente processo foram definidos tendo como base a quantidade estimada de pessoas para o evento, consultadas contratações anteriores (Juufam 2023), bem como em análise de contratações similares de outras instituições.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 506.558,00

8.1. O custo estimado da contratação no momento da elaboração deste ETP é de **R\$ 506.558,00** (quinhentos e seis mil e quinhentos e cinquenta e oito reais), podendo sofrer atualização durante a finalização do Termo de Referência.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. O tipo de licitação é o **Menor Preço Global**, que se constituirá no critério de seleção da proposta mais vantajosa, utilizado para compras e serviços de modo geral e para contratação de bens e serviços.

9.2. A licitação contém apenas 1 (um) item, **Lote Único**, que possui seu desdobramento no detalhamento do objeto.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda, visto que a contratação é específica para o evento dos Jogos Universitários da UFAM 2026 (JUUFAM).

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. O planejamento, organização e desenvolvimento do evento mencionado acima, corrobora com as metas e as ações institucionais de desenvolvimento da UFAM. Entre elas a de fortalecer as ações e atividades desenvolvidas pela Coordenação de Esporte, Lazer e Cultura – CELC da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAE).

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A Universidade Federal do Amazonas, ao longo dos anos, tem promovido o JUUFAM como forma de fortalecimento institucional e de proporcionar ambiente de saúde mental e física a comunidade discente.

12.2. Essa contratação visa: (1) a diminuição de riscos no processo de organização do JUUFAM, (2) garantir a qualidade e eficiência na execução do evento em tela e (3) alcançar os objetivos principais do JUUFAM.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. A prestação dos serviços será conforme necessidade da Administração.

13.2. Os serviços deverão ser executados nos endereços e nos horários indicados pela Administração.

13.3. O contrato terá vigência pelo período de **60 (sessenta) dias**, com base no artigo 105 da Lei n. 14.133/2021, contados da assinatura, prazo suficiente para a execução integral do escopo do evento esportivo e atos de liquidação da despesa, em estrita observância ao referido artigo.

13.4. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Não há impacto ambiental relevante.

14.2. Em conformidade com a IN SLTI n. 01/2010 e com o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU, a Contratada deverá cumprir com os seguintes requisitos de sustentabilidade ambiental:

- Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR– 15448-1 e 15448-2.
- Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.
- Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.
- Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil- polibromados (PBBs), éteres (PBDEs).

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando a necessidade de realização do evento, a existência de espaço físico apto a realizar o evento, a existência de dotação orçamentária e a não necessidade de intervenções ambientais no local de realização, consideramos viável a realização da contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

KLELIA SANDRA BRASIL DOS SANTOS

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 17/06/2026 às 12:26:56.

ARLENA CUNHA DE ALMEIDA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 17/06/2026 às 12:23:57.

PAULO OLIVEIRA MACEDO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 17/06/2026 às 12:28:31.

FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS/AM

Contrato 13/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
13/2026	154039-FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS/AM	ARLENA CUNHA DE ALMEIDA	17/06/2026 13:25 (v 0.7)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		23105.009376/2026-54

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

(Processo Administrativo nº 23105.009376/2026-54)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM ENTRE SI A
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)
E

A Fundação Universidade do Amazonas, por intermédio do(a) Pró-Reitoria de Assistência Estudantil-PROAE, com sede no(a) na Avenida Rodrigo Otávio, nº 6.200, Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho - Bairro Coroadó, CEP: 69080-900, na cidade de Manaus/AM, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 04.378.626/0001-97, neste ato representado (a) pelo(a) Reitora da UFAM, Profª. Drª. Tanara Lauschner, nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês]de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês]de [ano], portadora da matrícula funcional SIAPE nº 13565678, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 23105.009376/2026-54 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico OU [Concorrência] OU [Dispensa de Licitação] OU [Inexigibilidade de Licitação] nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de ~~serviços comuns~~ empresa especializada em serviços de gerenciamento, produção e operacionalização de eventos com aproximadamente 4.300 atletas inscritos e público de 10.000 pessoas da capital e interior, incluindo serviços eletrônicos de multimídias, serviços de confecções especializadas, serviços gráficos, serviços de alimentação, serviços de locação de equipamentos, serviços de recursos humanos e serviços de assistência médica com ambulância, tipo UTI móvel, para atender as necessidades de realização dos Jogos Universitários da Universidade Federal do Amazonas - JUUFAM, a ser sediado na Universidade Federal do Amazonas no ano de 2026, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

--	--	--	--	--	--	--

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação OU ~~[A Autorização de Contratação Direta]~~ OU ~~[O Aviso de Dispensa Eletrônica]~~;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **60 (sessenta) dias** contados do(a) **assinatura do contrato**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

OU

~~2.3. O prazo de vigência da contratação é de **[indicar o prazo]** contados do(a) **[indicar o termo inicial da vigência]**, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~2.4. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:~~

- ~~2.4.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;~~
- ~~2.4.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;~~
- ~~2.4.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;~~
- ~~2.4.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;~~
- ~~2.4.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e~~

~~2.4.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).~~

2.5. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.6. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.7. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.8. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

OU

~~2.9. O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo máximo de um ano] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], improrrogável, na forma do art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021~~

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

~~5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ ~~xxxxxx (xxxxxxxx)~~, perfazendo o valor total de R\$ ~~xxxxxx (xxxxxxxx)~~.~~

OU

5.2. O valor total da contratação é de **R\$ 506.558,00 (quinhentos e seis mil, quinhentos e cinquenta e oito reais).**

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.4. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência .

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1 A Administração terá o prazo de XXXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de XXXXXX;

8.1.12, Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22.. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.35. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) ... (inserir endereço(s));
- 9.36. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o CONTRATADO tiver unidade de prestação de serviços em distância de [...] (inserir distância conforme avaliação técnica) do local demandado.
- 9.37. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;
- 9.38. Ceder ao CONTRATANTE todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do CONTRATADO.
- 9.38.1 Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

OU

~~11.2. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.~~

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

OU

~~13.4. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.~~

~~13.5. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.~~

~~13.3.5.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.~~

~~13.6. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.~~

OU

~~13.7. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133 /2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.~~

13.8. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.9. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.10. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.11. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.12. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.12.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.12.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.12.3. Das indenizações e multas.

13.13. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.14. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.14.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.14.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.15. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: [...];

II) Fonte de recursos: [...];

III) Programa de trabalho: [...];

IV) Elemento de despesa: [...]; e

V) Plano interno: [...]; e

VI) Nota de empenho: [...];

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em [XXXXX](#), Seção Judiciária de [XXXXX](#) para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Manaus/AM, _____ de _____ de 2026.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ARLENA CUNHA DE ALMEIDA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 17/06/2026 às 13:12:54.

KLELIA SANDRA BRASIL DOS SANTOS

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 17/06/2026 às 13:25:31.

PAULO OLIVEIRA MACEDO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 17/06/2026 às 13:24:46.